

DEMOCRACIAS, GOLPES E REVOLUÇÕES:

CONEXÕES HISTÓRICAS

XVIII COLÓQUIO DE HISTÓRIA,
VIII COLÓQUIO DO PPGH

PERNAMBUCANOS



Apoio



Realização



Escola de Educação,
Humanidades, Direito,
Economia e Gestão

PÓS-GRADUAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO
POSS-GRADUAÇÃO E INovação



ORDEM SOCIAL, RELAÇÕES DE PODER E O CRIME NO RECIFE OITOCENTISTA (1842-1850)

Elania Nunes Bezerra
Mestranda em Ensino de História
Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP
elania86@gmail.com

RESUMO: Entender a sociedade a partir do ângulo das relações de poder é um trabalho desafiador. Alguns aportes teóricos do filósofo Michel Foucault nos auxiliam a pensar por este caminho. Ao tratar sobre discurso, poder, biopoder e a sociedade disciplinar, ele nos instrumentaliza para pensarmos diferentes aspectos das relações de poder. Neste texto, busco refletir sobre a proposta de Foucault de mostrar a desterritorialização do poder aplicando-a a meu objeto de estudo, as práticas sociais consideradas ilegais da população negra do Recife oitocentista (1842-1850). O que ao meu ver conduz a uma interpretação histórica bastante inteligível.

Palavras-chave: relações de poder, crime social, população negra

O território pernambucano possuía no final da década de 1830 dezessete municípios¹. Recife, Cabo, Serinhaém, Santo Antônio, Flores, Garanhuns, Cimbres, Olinda, Igaraçu, Pau d’Alho, Limoeiro, Goiana, Itamaracá, Nazaré da Mata, Rio Formoso, Bonito e o Brejo formavam uma das províncias mais importantes do Império. Perdendo em importância apenas para Rio de Janeiro e Salvador (COSTA, 2009, pg. 27). A primeira, a capital imperial, centro político, administrativo e econômico de todo o território e a segunda, antiga capital imperial, herdeira de culturas e processos históricos que possibilitaram a continuidade de atividades agrícolas, comerciais e portuárias lucrativas.

Desde que se emancipou de Olinda, em 1710, o Recife tornou-se o maior núcleo populacional e capital da província. Formado pelos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, e por algumas povoações ao redor da cidade, concentrou uma elite local e um aglomerado populacional atraídos pela intermediação comercial que caracterizou a região ao longo do tempo. E em meados do século XIX a cidade do Recife tinha passado por muitas transformações, tanto urbanísticas como populacionais. Muitas pessoas em busca de ares de “modernidade” e “civilização” ia morar nas regiões urbanas do país.

Nesse sentido, o intenso comércio, as atividades urbanas, o maior contato entre as pessoas, uma maior circulação de informações, os passeios públicos e o próprio policiamento diário eram atividades que faziam parte do mundo urbano, “dito” civilizado, e não do rural- que no imaginário social da época tornou-se o oposto da cidade. Pensando dessa forma, só cidade poderia proporcionar certos privilégios e modos de vida aos homens e mulheres “europeizados”.

De acordo com Carvalho (2010) além de seduzir os mais afortunados a cidade também atraia as camadas mais desfavorecidas da província pernambucana. As oportunidades de emprego que a cidade oferecia causaram a migração desordenada de um montante de pessoas pobres que vinham das mais diversas regiões da província. Deixaram suas antigas práticas, baseadas nas atividades agrárias de subsistência, e foram se aventurar no grande Recife. Uma aventura em que poucos tiveram sorte, pois apesar das oportunidades que o porto e o intenso comércio da região ofereciam, havia

¹ De acordo com Manoel Nunes Cavalcanti Júnior em sua tese de doutorado (pg.32) dos dezessete municípios existentes no final da década de 1830 havia três cidades, Recife, Olinda e Goiana.

muitas pessoas desempregadas. Dessa forma, uma grande parcela da população continuou vivendo na pobreza e na miséria de outrora.

Na década de 1840, a cidade pode ser dividida em duas áreas. A primeira era a que compreendia os bairros centrais do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista. A segunda era a área denominada “arrabaldes”, compreendendo as localidades como a povoação de Afogados, a Madalena, Caxangá, Várzea, Monteiro, Poço da Panela, Apipucos e outros (CAVALCANTI, p.11). A população estava concentrada na primeira parte, espaço eminentemente urbano e que com o passar dos tempos foi ganhando novas feições. Cada uma dessas regiões possuía características físicas e cotidianas peculiares, devido às suas atividades comerciais, suas construções e população.

Em 1844, ocorreu a divisão da freguesia de Santo Antônio em dois bairros, a porção norte seria Santo Antônio e a porção sul seria o bairro de São José do Ribamar. Cavalcanti Júnior (2015) apresenta a ilha de Santo Antônio com duas áreas bem distintas: o norte da ilha, predominantemente comercial, sediava muitas repartições da burocracia provincial e concentrava uma população mais abastada, o sul, onde se localizava o bairro de São José, a opulência era menor. Uma subdivisão territorial justificada por discursos administrativos e políticos, mas que deixa claro que o traçado geográfico das cidades vai se construindo a partir de um cenário social que separa e exclui. Entre sobrados e mocambos de taipa e madeira, no sul, vivia uma população mais pobre, composta principalmente por pardos, pretos e crioulos que vivia de atividades relacionadas ao pequeno comércio.

Os moradores de São José eram considerados mais propensos a prática de expedientes ilícitos. Manter a ordem nessa área era preocupação constante dos delegados e chefes de polícia nas suas comunicações escritas. Nos ofícios enviados a seus superiores era comum pedirem patrulhas, armamentos, melhorias na iluminação das ruas e expor a necessidade de rondas frequentes para conter as consideradas “desordens”, como os ajuntamentos ilícitos nas ruas, as bebedeiras, as gritarias tarde da noite e os ladrões.

Em meados do século XIX encontrávamos entre os moradores do Recife homens e mulheres das mais diversas nacionalidades. Desde o século XVI já se tem notícias de indivíduos de diversas nacionalidades, principalmente europeias, residindo na cidade. No período posterior à independência, o fluxo de imigração europeia aumentou ainda

mais, pois inúmeros estrangeiros resolveram se estabelecer com suas famílias e negócios em solo recifense. E segundo Arraes (1998), alguns deles permaneceram e se integraram perfeitamente na sociedade local como os engenheiros Henrique Augusto Milet e Pierre Victor Boultreau, que adquiriram propriedades e se dedicaram a agricultura, convertendo-se em senhores de engenho.

Entre os anos de 1836 á 1844, alguns desses estrangeiros chegaram à cidade, contratados pelo governador Francisco do Rego Barros. Eram engenheiros, médicos e técnicos encarregados de dar novas feições à cidade. O fato de serem europeus era um grande ponto forte, pois o conhecimento e a experiência que possuíam poderiam ajudar bastante o Recife a tornar-se uma bela cidade, assim como as europeias. De acordo com Cavalcanti (2011) o engenheiro francês Louis L. Vauthier foi um dos mais bem sucedidos, inicialmente assumiu o cargo de engenheiro chefe da ROP (Repartição de obras públicas) e com isso a responsabilidade de supervisionar todas as obras em andamento, depois ele passou a dirigir aquela repartição e posteriormente reformulou todo o seu sistema de administração.

Mas de todos os grupos de estrangeiros havia um que predominava: os portugueses. Quando o Império lusitano incentivou a povoação colônia, uma grande quantidade de portugueses chegou ao território brasileiro para fixar residência nas mais variadas regiões do país. Alguns deles eram jovens solteiros que vinham com o sonho de enriquecer e fazer fortuna. Outros trouxeram consigo suas famílias para a difícil tarefa de desbravar o imenso território brasileiro. E assim eles passaram a reger o funcionamento da colônia. Mesmo com a emancipação do Brasil, em 1822, eles ainda se sentiam os verdadeiros donos da terra.

Os portugueses exerciam os cargos mais importantes da administração local e muitos se tornaram grandes e poderosos fazendeiros. E pelo fato de serem figuras bastante próximas do centro do poder, ou seja, do Imperador, tinha privilégios e mais chances de ascensão pessoal. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1998) eles foram os mais agraciados pela concessão de títulos de nobreza. O que durante muito tempo simbolizava status e poder. Diante desse quadro de privilégios, tornaram-se alvos de ataques provocando algumas revoltas sociais.

Na década de 1840, levas e levas de jovens do império lusitano chegaram à cidade, pois segundo Carvalho (2010) o que não faltava era anúncios nos jornais

procurando adolescentes portugueses para o emprego no comércio. Eles vinham para o Recife em busca de ascensão econômica. O que de fato ocorreu com muitos deles, pois, na época, eles monopolizavam o comércio a retalho. No entanto, isso causou muitos descontentamentos aos brasileiros, tornando-os alvo de constantes ataques.

A nova configuração social não escondia os horrores da escravidão de negros africanos e seus descendentes. Eles eram trazidos ao país desde o século XVI para serem empregados nas mais diversas atividades econômicas. No século XIX muitos navios carregados de negros chegaram ao país, mesmo com toda a pressão da Inglaterra para pôr fim a escravidão. Marcus Carvalho (2009) estudou os desembarques de negros nos portos do Recife, após 1831². De acordo com o autor, como navios negreiros não podiam desembarcar nos portos das principais cidades e tendo que se adaptar às novas circunstâncias passaram a desembarcar os escravizados nos litorais sobre a participação dos grandes fazendeiros locais.

Apesar das significativas mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorrem no Brasil ao longo do tempo percebe-se até hoje resquícios patriarcais e coloniais nas diversas formas como a sociedade se apresenta. Seja nas relações de trabalho, na educação, na política e nos relacionamentos pessoais. Imagine no Brasil do século XIX. Imagine no Recife oitocentista.

Entender a sociedade a partir do ângulo das relações de poder pode ser uma abordagem complexa. Alguns aportes teóricos do filósofo Michel de Foucault podem auxiliar bastante a conduzirmos nosso pensamento por este caminho. Ao tratar sobre discurso, poder, biopoder e a sociedade disciplinar ele nos instrumentaliza para pensarmos diferentes aspectos das relações de poder.

O francês Michel Foucault nasceu na cidade de Poitiers, em 15 de outubro de 1926. Foucault era integrante de uma família tradicional de médicos. Para se graduar em história, filosofia e psicologia teve que seguir caminhos opostos daqueles esperados por seus pais. Foi aluno do filósofo Jean Hyppolite no qual orientou sua tese sobre a obra de Hegel. Devido às suas tentativas de suicídio, aproximou-se da psicologia e psiquiatria e produziu diversas obras sobre esse tema. Faleceu em 26 de junho de 1984, aos 57 anos, de Aids.

² CARVALHO, M. J. M. de. A repressão do tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848. *Tempo*, vol. 14, núm. 27, 2009, pp. 133-149. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro.

Apesar do aspecto crítico de sua filosofia apresentado pelo pesquisador Ricardo Luiz de Souza, no capítulo 4, do seu livro: *O poder e o conhecimento: introdução ao pensamento de Foucault*, 2014, o potencial emancipatório de seus pensamentos pode servir como elementos chaves para se pensar a sociedade ao longo do tempo. Os estudos de Foucault trataram principalmente do tema poder. Conhecido por ter elaborado uma “teoria” do poder. Acredita-se que relações de poder acompanham a sociedade e seu funcionamento ao longo das épocas. De acordo com Foucault, o exercício de poder, mesmo quando praticado em termos governamentais, ou seja, políticos, vai sempre além da concepção mais limitada de poder (SOUZA, 2007, p. 103).

Não estamos estudando o Brasil colônia, mas o Império, porém aspectos políticos, econômicos e sociais do passado continuavam como base da realidade. O território ainda era escravagista, dominado por uma elite branca e patriarcal e sustentado por uma economia agrária. Os indivíduos que estavam no foco nas relações de poder zelavam por sua manutenção.

Começaremos a pensar primeiro no poder oriundo do Imperador e das elites políticas que estavam diretamente envolvidas nos principais direcionamentos para o território no século XIX, recém-independente. O estudo do território brasileiro após a independência mostra embates políticos e criação de mecanismo para que a elites continuassem no comando político e administrativo do território. No século XIX, o Brasil estava se estruturando como nação. Para isso, precisava criar mecanismos para se constituir como um território civilizado e moderno. Quem pensa e cria esses mecanismos são as elites políticas detentoras do poder dominante.

Essas elites integravam o partido conservador ou o liberal. República ou monarquia, federalismo ou Estado Unitário, centralização ou descentralização de poder, unidade da América portuguesa ou fragmentação foram questões presentes nos debates políticos da época. Essas elites dominantes tentam conduzir um projeto político de nação a seu modo.

Viviam Cheiregati Costa em sua dissertação de mestrado “*Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-independência*” realizou uma análise histórica e jurídica do código e também uma comparação cuidadosa com os códigos penais de outras nações ocidentais

do período. A pesquisadora identificou similitudes com os códigos de grandes nações da época, mas também reconheceu particularidades locais.

Concepções de Estado, Justiça e Cidadania de códigos ocidentais também eram defendidas pelos parlamentares imperiais. Uma das diferenças refere-se a pena das Galés. Uma forma de punir ausente na maioria dos códigos analisados, mas presente na do Império do Brasil. De acordo com Cheiregati (2013), a condenação do criminoso a prática de trabalhos forçados encontrava uma certa coerência quando relacionada com a sobrevivência das características patriarcais e coloniais do território.

Pôr em prática um novo projeto de nação no Império do Brasil norteadas pelas concepções liberais de grandes nações europeias, como a França e a Inglaterra, exigia transformações profundas em vários aspectos da sociedade. Um deles trata do controle estatal de crimes pela sociedade. Os ideais liberais de ordem e progresso não poderiam jamais serem implantados sem o controle dos crimes e das desordens públicas.

Essa configuração que estavam tentando dar ao território mostra o quanto esses personagens estavam envolvidos nas relações de poder da época. As elites se esforçavam para manter o sistema social implantado. A população mais pobre do Recife era alvo de uma teoria jurídica-discursiva apresentada por Foucault que buscava enquadrar os indivíduos nos padrões de desejáveis. De acordo com essa teoria jurídica o poder tem cinco características:

Em primeiro lugar, o poder sempre opera negativamente, ou seja, por meio de interdições. Em segundo, o poder sempre assume a forma de uma regra ou lei. Isto implica um sistema binário de permitido e proibido, legal e ilegal. Estas duas características juntas constituem a terceira: o poder opera através de um ciclo de proibição, uma lei de interdição. Por conseguinte (e a quarta), este poder manifesta-se por três formas de proibição” afirmando que uma tal coisa não é permitida, impedindo-a de ser dita, negando que existia” (1990 a: 84), (LYNCH, 2008, p. 28).

Nesse sentido, Foucault estabelece conexões diretas entre poder, o direito e verdade. Um triângulo, onde ele demonstra o poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta. O poder como verdade através dos discursos.

Como exemplo prático dessa teoria jurídica presente no Brasil Império elaborou-se o Código do Processo Criminal do Império do Brasil, aprovado em 16 de dezembro de 1830. Um conjunto de normas jurídicas que buscou aparelhar o território

de um mecanismo capaz de instrumentalizar as relações jurídicas e desestimular a prática de crimes- algo entendido como ação de retrocesso e barbárie. E assim, diferenciar o Império da antiga colônia.

Em 1841 ocorreu uma reforma do Código do Processo Criminal de 1830 que trouxe importantes alterações no corpo jurídico construído anteriormente. Entre elas, houve “uma alteração substantivamente não só as competências de autoridades judiciárias e policiais (criando, inclusive, novos cargos), como modificando sua forma de escolha ou indicação” (DANTAS, 2020). Criou os cargos de delegados e subdelegados para atuarem junto aos chefes de polícia. Os chefes de polícia seriam, agora, escolhidos pelo imperador e pelos presidentes de província dentre os desembargadores e juízes de Direito.

Todo uma rede de cima para baixo foi criada para manter a ordem e o controle do território. No entanto, a Teoria do poder de Foucault sugere que o poder é onipresente, isto é, o poder pode ser encontrado em todas as interações sociais (LYNCH, 2018, p.26). Compreender os mecanismos utilizados pelos detentores do poder para manter a ordem social e a reação oposta (percebida como uma outra reação de poder) que dificultava o alcance desse objetivo é um trabalho bastante instigante. Exige uma nova maneira de pensar.

Em relação às formas de repressão, Foucault oferece um aporte teórico que nos conduz a abordagens enriquecedoras. O século XIX expressou concepções diferenciadas de punir os criminosos. De acordo com Foucault (1991) as novas concepções de controle social em vez de apenas infligir dor físico nos indivíduos tinham também como objetivo reformar o comportamento indivíduo, internalizando normas sociais e padrões de comportamento aceitáveis.

De acordo com essa concepção, passando algum tempo encarcerado o indivíduo iria talvez até sofrer mais do que nos castigos físicos, percebendo assim a importância da liberdade. Até para os escravizados essa nova concepção foi colocada em prática, com o tempo a polícia começou a prender escravizados por mando de seus senhores. Ao passar uns dias na cadeia, o escravizado perceberia que havia realidades mais difíceis que a sua e caberia a ele aceitar as condições da escravidão passivamente.

Para Foucault o poder tem várias direções, uma delas parte de baixo pra cima. Isso significa que não podemos entender o poder olhando para as monarquias ou

estados, ou para o todo de qualquer cadeia de comando. Em vez disso, devemos olhar para as teias complexas das relações entrelaçadas: o que Foucault chama de microfísica do poder (FOUCAULT, 1991, p. 26). Percebe-se o poder como uma rede de relações de força por toda a sociedade, relações que são caracterizadas por resistência e que interagem por meio de táticas locais e estratégias maiores (LYNCH, 2018, p.25). Foucault apresenta uma nova maneira de estudar a sociedade e as relações de poder. Agora, todos os sujeitos são detentores de poder. Um nova maneira de perceber a história e os novos objetos de pesquisa.

Os conflitos sociais, as situações percebidas como de desordens, as práticas individuais de situações enquadradas como crime pelo Código Criminal de 1831, revelam a complexidade das relações sociais humanas e das relações de poder existentes na sociedade. A divisão de classes, a escravização de seres humanos, a propriedade privada, os ordenamentos jurídicos e os diferentes modos de pensar torna o estudo da nossa temática desafiadora.

A história do Brasil, caracterizada pela colonização portuguesa, pelo regime de exploração econômica, pela escravização de africanos, pelas desigualdades sociais, preconceitos, miséria e sofrimentos gera uma outra interpretação para o crime que está distante das jurídicas. O crime pode ser entendido no campo da reflexão da construção da História dos escravizados. Uma história de resistência e força. Um poder oriundo das camadas mais pobres e marginalizadas.

A grande quantidade de escravizados que chegaram ao Brasil não viveu trabalhando até morrer. Tinham suas identidades, suas vidas, suas formas de pensar e se comportar. Tinham emoções. As negativas quando afloradas podiam influenciar a prática de crimes. Nessa perspectiva, o crime passa a ser parte da vida dessas pessoas. O crime representa uma negociação contra o sistema que queria lhe anular e enquadrá-los como simples mercadorias, mas até uma criancinha sabe que mercadoria não rouba, não mata e não briga.

Essa negociação se assemelha a uma das características do poder, segundo Foucault. O poder como força dotado de autonomia. Ele se expande sem que qualquer agência humana o impulsionne, não servindo a nenhum interesse que se situe além de sua própria lógica (SOUZA, 2014, p. 105) Tratando do Recife, em meados do século XIX, o poder pode-se ser percebido de vários ângulos. Da polícia, das autoridades políticas, das

autoridades religiosas, da população branca e da população negra, inclusive dos escravizados.

Nessa perspectiva os estudos sobre criminalidade escrava reconstroem-se inúmeras histórias de escravizados que conseguiram através de muita força, estratégias e habilidades resistir contra o sistema de privilégios da elite branca e galgar degraus que os colocaram mais próximos da tão sonhada liberdade. O poder ele é estratégico, ou seja, se relaciona com os dominados e cria estratégias a partir desse relacionamento (SOUZA, 2014, p.104).

Desenvolver uma pesquisa onde muitos sujeitos históricos foram excluídos da história exige uma reflexão sobre o poder e seus múltiplos aspectos. Pensar nas relações de poder, de onde ele emana, como se exala, os seus efeitos e o que resulta amplia as dimensões da interpretação histórica e possibilita desmistificar e corrigir os erros cometidos pela historiografia no passado.

Nesse sentido, contamos também com as discussões de Michel de Foucault. Algumas das suas ideias e conceitos foram extremamente importantes para o entendimento das relações entre os mecanismos de controle utilizados pelo governo e a reação da população. Desenvolver uma pesquisa onde muitos sujeitos históricos foram excluídos da história exige uma análise sobre o poder e seus múltiplos aspectos. Pensar nas relações de poder, de onde ele emana, como se exala, os seus efeitos e o que resulta amplia as dimensões da interpretação histórica e possibilita desmistificar e corrigir os erros cometidos pela historiografia no passado. Segundo Michel Foucault o poder não é observado apenas nas instituições ou no Estado. Todas as pessoas estão de algum modo envolvidas nas relações de poder.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em rede. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (Foucault, 2004, p. 193)

Nesse sentido, a concepção de Foucault sobre a descentralização e o deslocamento do poder para a periferia contribuiu para dar novos significados a história de grupos subjugados. Ao atribuir poder as ações dos negros realçamos a força de resistência e a capacidade desse grupo em driblar obstáculos e traçar sua própria história. Muitas das vezes tais experiências seguiram caminhos opostos aos que as elites políticas e dominantes desejavam. Consequentemente, elas tiveram que rever suas concepções e ações ao longo do tempo para se manter no controle.

De acordo com Silva (2009), na década de 1840 a polícia atuou principalmente reprimindo e prevenindo os delitos costumeiros e as pequenas insurreições. Os delitos eram praticados por transeuntes durante a realização de suas tarefas ou mesmo nos momentos de folga. Nas ruas, becos e praças praticaram ações que, de acordo com a legislação de 1831, eram proibidas. Mas em alguns casos a proibição não estava em lei, apenas no olhar das autoridades locais. Ser pobre, preto, pardo ou crioulo já era motivo de suspeitas aos olhos dos inspetores de quarteirão, delegados e subdelegados. Se escravizado aumentava-se ainda mais o grau da suspeição.

No entanto, o desejo pelo controle social é uma necessidade administrativa de qualquer grupo que detém o poder. Quem está no poder, seja os liberais ou conservadores, precisam manter um ordenamento social que demonstrasse a capacidade de administrar os conflitos e manter uma certa ordem na sociedade. Dessa forma, estaria mostrando a capacidade política de governar. Mas as inúmeras maneiras de manter o ordenamento social cria resistências por todos os lados. A soberania não possui mais como o centro a figura do governante (SOUZA, 2014, p. 106).

A historiografia atual tem avançado bastante após o surgimento da Escola dos Annales que passou a dialogar com as Ciências Sociais, ampliando as possibilidades do fazer historiográfico. Muitos dos historiadores hoje estão atentos às relações de poder atrelados a seus objetos de estudos. Por conseguinte, a prática de crimes passa a ser analisada a partir do escravizado e não exclusivamente a partir das instituições detentoras do poder. As elites, os políticos, as autoridades policiais e os indivíduos escravizados compõem uma realidade onde cada grupo tem interesses próprios. Destarte, o conceito de criminalidade passa a ser percebida como uma das inúmeras formas de resistência escrava. As motivações para a prática de algum crime podiam se revelar no cotidiano do escravizado, no relacionamento que mantinha com seus

senhores, nos seus sonhos, no trabalho, nos amores, nas amizades, nas crenças e nos diferentes modos de pensar e agir de cada indivíduo.

BIBLIOGRAFIA

- ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanistas/ FFLCH/USP, 2004.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- CAVALCANTI JÚNIOR, M. N. As Transformações da Paisagem Urbana em Santo Antônio e São José: Ruas, Edifícios e Marginalidade (1837-1844). [S.l: S.n], [S.d].
- COSTA, Alba Helena Duarte de Araújo. “E trovejou o cacete”: cotidiano, resistência e criminalidade escrava (Recife, 1879-1888)). Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, História, 2009.
- COSTA, Vivian Chieregati. Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência. Dissertação de Mestrado. IEB-USP, 2013.
- DANTAS, Monica Duarte. O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841-Dois Modelos de Organização dos Poderes. História do Direito: RHD. Curitiba, v.1, n.1, p. 96-121, jul-dez de 2020
- DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
- DOSSE, François. A História em migalhas: dos Annales a Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.
- DUARTE, Mirela Carina Rêgo. A paisagem urbana nas representações imagéticas do Recife do século XIX. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) Recife: O autor 2014.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LYNCH, Richard A. A teoria do poder de Foucault. In: TAYLOR, (ed.); CREDER, Fábio (trad.) Michel Foucault: conceitos fundamentais. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2018, p. 23-40.
- MATTOSO, K. M. de Queirós. Ser escravo no Brasil: Séculos XVI - XIX 1 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos- São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Leonardo Dantas. O Carapuceiro: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1996.

SILVA, W. B. Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). 2003. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Onde reside o poder In: SOUZA, Ricardo Luiz de. O poder e o conhecimento: introdução ao pensamento de Michel Foucault, Salvador: EDUFBA, 2014, cap. 4, p. 103-141.